



UCAM
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

Programa de Cursos Presenciais com Tutoria Virtual
(Provirtu@l)



Instituto Brasileiro de Estudos
Ambientais e de Saneamento



FABIO LUIZ DA SILVA

**Identificação do processo da coleta de papel para
reciclagem no Superior Tribunal de Justiça.**

Brasília – DF, 2007

FABIO LUIZ DA SILVA



BDJur
<http://bdjur.stj.gov.br>



Identificação do processo da coleta de papel para reciclagem no Superior Tribunal de Justiça.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Candido
Mendes como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em
Gestão Ambiental.

Brasília – DF, 2007



UCAM
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

Programa de Cursos Presenciais com Tutoria Virtual
(Provirtu@l)



Instituto Brasileiro de Estudos
Ambientais e de Saneamento

FABIO LUIZ DA SILVA

**Identificação do processo da coleta de papel para
reciclagem no Superior Tribunal de Justiça.**

PROFESSOR ORIENTADOR MESTRA YARA CAVALCANTI

NOTA: 10

Brasília – DF, 2007



BDJur
<http://bdjur.stj.gov.br>

Dedico este trabalho à minha esposa e filhos e aos amigos de convivência.



BDJur

<http://bdjur.stj.gov.br>

Meus agradecimentos aos novos companheiros de trabalho na Gestão Ambiental
pelas brincadeiras sérias.



BDJur

<http://bdjur.stj.gov.br>

"Piano, piano se va lontano"



BDJur

<http://bdjur.stj.gov.br>

RESUMO

O estudo de caso foi desenvolvido por meio de levantamento da situação atual da sociedade, empresas e do governo brasileiro, no que tange à coleta seletiva de papel. Foram investigadas questões legais e de outras áreas, que afetam a inserção da coleta seletiva no poder público.

A seguir, foi apresentada a descrição da organização, seu histórico de atuação na área ambiental e o modo como se processa atualmente a coleta e encaminhamento do papel para reciclagem.

O estudo apontou, dentre outras conclusões, que a coleta seletiva de papel tem uma importante função no processo de educação ambiental da comunidade do STJ.

Por fim, foram propostas melhorias para o processo.

Palavras-chave: coleta seletiva; conscientização; ações educativas; parcerias; gestão ambiental.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The present study was developed by the survey of the selective collection of paper current situation in the society, private organizations and in the Brazilian government. The legal questions and other areas that affect the insertion of the selective collection in the government structure had also been investigated.

It was presented the description of the organization, its description of performance in the environmental area and how STJ processes the collection and guiding of the paper for recycling nowadays.

The study pointed that the selective collection of paper has an important function in STJ community process of environmental education.

The study had tried to show the facility and difficulty to STJ stand up a process of recycling paper.

Key Words: selective collection; concientization; educative actions; environmental management.

Foto 1 p. 29



Foto 2 p. 31



Foto 3 p. 33



Foto 4 p. 34



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

STJ	Superior Tribunal de Justiça
IPCC	Painel Internacional para as Mudanças Climáticas (sigla em inglês)
ECOLATINA	Conferência Latino-Americana Sobre Meio Ambiente e Responsabilidade Social
ABNT NBR 10004:2004	Associação Brasileira de Normas Técnicas, Norma Brasileira, Resíduos sólidos - Classificação
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
AGENDA 21	Agenda para o desenvolvimento sustentável
BRACELPA	Associação Brasileira de Celulose e Papel/
PIB	Produto Interno Bruto
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Rede A3P	Rede da Agenda Ambiental na Administração Pública
CF	Constituição Federal (1988)
MMA	Ministério do Meio Ambiente
A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
3 R's	Reduzir, Reutilizar, Reciclar.
MDS	Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ISO 14001	Requisitos para o Sistema da Gestão Ambiental
ASSTJ	Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça
ONG	Organização não-governamental
CORTRAP	Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção
GDF	Governo do Distrito Federal

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	13
1.1 - Objetivos.....	13
1.1a - Geral.....	13
1.1b - Específicos.....	13
1.2 – Justificativa.....	13
1.3 – Metodologia.....	15
2 – DESENVOLVIMENTO	17
2.1 - Questões envolvidas.....	17
2.2 – Organização.....	24
2.3 – Histórico.....	27
2.4 – Situação atual.....	30
3 – CONCLUSÃO	34
4 – RECOMENDAÇÕES	37
5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
6 – ANEXOS	42
6.1 – Anexo 1.....	42
6.2 – Anexo 2.....	45

1 - INTRODUÇÃO

1.1a - Geral

Identificar o processo de coleta seletiva do papel para reciclagem no Superior Tribunal de Justiça.

1.1b - Específicos

- Pesquisar as questões envolvidas nos procedimentos de coleta seletiva e reciclagem;
- Estudar as questões envolvidas na coleta seletiva do papel nos entes públicos;
- Descrever a estrutura organizacional do STJ;
- Relatar o histórico da inserção da coleta seletiva de papel no STJ;
- Identificar as práticas aplicadas atualmente na coleta seletiva de papel do STJ.

1.2 - Justificativa

As questões ambientais estão tomando grande parte das atuais discussões da sociedade. Isso ocorre devido a sua importância para a humanidade, já que sempre dependemos da natureza para sobreviver. A recente divulgação do relatório do IPCC (ECOLATINA, 2007), em 2 de fevereiro de 2007, confirmou que 90% da mudança climática do planeta foi causado pela atuação humana, dessa forma está se ampliando a consciência da complexa relação e interdependência com o meio das questões sociais, econômicas, políticas e todas as possíveis formas de estudo das interações do planeta e seus habitantes, hoje claramente ameaçados pelas alterações já promovidas na Terra.

A rápida evolução e disseminação da tecnologia da informação contribuem para a conscientização da unidade planetária e da lei da causa e efeito. Os hábitos de vida

modernos nos impelem a questionamentos e decisões impensáveis 100 anos atrás. Hoje é evidente a necessidade de mudanças no binômio produção-consumo, relativos à família, sociedade, instituições e países.

O poder público brasileiro é constituído de três poderes, que se utilizam dos recursos orçamentários da nação, para proporcionar os serviços pertinentes a cada órgão para a sociedade. Para a realização desses serviços são utilizados recursos humanos, tecnologias, infra-estruturas além de recursos materiais. Os recursos utilizados têm relação direta com o meio ambiente, pois neste causam impactos positivos ou negativos. A sociedade, alvo final de todo o esforço dos poderes instituídos, além de sua patrocinadora, tem dependência vital do meio ambiente.

O serviço público brasileiro é um grande comprador, com investimento de R\$ 120 bilhões em 2004, podendo atuar como indutor da produção e consumo sustentáveis (MACEDO, 2007). Sendo os recursos financeiros para sua atividade provenientes do resultado de trabalho dos cidadãos, ele deve ser exemplo de conduta coerente e irrepreensível para com o meio ambiente e a sociedade, comprando, utilizando e descartando de forma responsável e sustentável os recursos necessários às suas atividades.

Assim, o STJ considera a necessidade de assumir sua responsabilidade sócio-ambiental e educativa na indução da sustentabilidade em suas ações. Devido à influência do STJ na sociedade, ao trabalhar esses conceitos internamente, a instituição almeja a multiplicação da consciência ambiental, contribuindo para o exercício pleno da cidadania. A educação da sociedade para lidar de maneira racional com os recursos naturais disponíveis, é também um desafio e uma missão para as instituições públicas, educadores, ambientalistas e demais setores preocupados com a qualidade de vida desta e das gerações futuras.

Visando contribuir com essas causas o STJ, intitulado o Tribunal da Cidadania, idealizou e implantou em 2004 o Projeto STJ Ambiental que visa minimizar os impactos ambientais causados pelas suas atividades. As questões ambientais envolvem múltiplas dimensões, assim para seu equacionamento devem ser consideradas as dimensões sociais, econômicas, políticas, entre outras. Dessa forma, várias ações foram alinhadas nesse projeto para atingir seu objetivo, como aquisições de materiais e produtos sustentáveis, economia de água e energia, descarte das lâmpadas fluorescentes e outros resíduos, programa de educação ambiental para servidores e públicos específicos, certificação ISO 14001, parceria com outras instituições e coleta seletiva dos resíduos gerados.

Conforme levantamento realizado em 2004, pela unidade responsável pelo Projeto, foi identificado que o STJ descarta resíduos plásticos (copos e embalagens), papelões, papéis, *tonners* e cartuchos de tinta para impressora, lâmpadas fluorescentes, resíduos de serviço de saúde e de restaurante. Os resíduos provenientes do serviço de saúde e do restaurante já eram segregados dos outros. As fluorescentes, classificadas pela ABNT NBR 10004:2004 com o código de identificação F044, resíduos tóxicos Classe I, não podem ser descartadas junto aos demais resíduos. Dessa forma, desde 2003 são objeto do contrato STJ 100/2005, hoje vigente, para descontaminação e reciclagem.

Devido à natureza de trabalho do STJ, que lida anualmente com mais de duzentos mil processos, o presente trabalho irá focar seu principal insumo, o papel, e seu encaminhamento para reciclagem.

1.3 - Metodologia

O estudo de caso será desenvolvido por meio de investigação da situação atual da sociedade, empresas e do governo brasileiro, no que tange ao posicionamento sobre a

questão ambiental. Serão investigadas questões legais e de outras áreas, que afetam a inserção da gestão ambiental no poder público. Também será apresentada a descrição da organização, seu histórico de atuação na área ambiental e o modo como se processa atualmente a coleta e encaminhamento do papel para reciclagem. Por fim, serão propostas melhorias para o processo.

2 - DESENVOLVIMENTO

2.1 – Questões envolvidas

O ser humano sempre se preocupou com sua sobrevivência. Vivemos o tempo da preocupação em escala planetária, como podemos constatar na proposição da Agenda 21 Global, que foi construída de forma consensuada, com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecida por Rio 92. É importante destacar que a Rio 92 foi orientada para o desenvolvimento, e que a Agenda 21 é uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável, que insere no planejamento as necessidades das futuras gerações. Para Sachs, (2000) o desenvolvimento deve ser a apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente. Em outras palavras, o esforço de planejar o futuro, com base nos princípios da Agenda 21, gera inserção social e oportunidades para que as sociedades e os governos possam definir prioridades nas políticas públicas. As iniciativas da Agenda 21 não deixam dúvidas que os Governos têm o compromisso e a responsabilidade de deslanchar e facilitar o processo de implementação em todas as escalas. Além dos governos, a forma proposta para a construção da Agenda 21 visa mobilizar todos os segmentos da sociedade, chamando-os de "atores relevantes" e "parceiros do desenvolvimento sustentável" (BRASIL, 2007a).

As recentes constatações científicas de que o aquecimento global tem relação direta com as atividades humanas intensificaram a busca de hábitos mais sustentáveis para o Planeta. Segundo Waldman e Schneider (2000, apud Vallinoto, et. al., 2004), está

crescendo a conscientização de empresas e sociedade em geral com relação a questões ambientais, o que é constatado todos os dias nas diversas mídias do Brasil e do mundo.

Funcionando sob as leis de competição do mercado, o setor empresarial é mais dinâmico na implementação de mudança em seus processos. Para as empresas, além do interesse em construir a imagem de responsabilidade ambiental, para a manutenção e conquista de mercados e adequação às leis, soma-se o interesse econômico agregado ao menor custo de redução do uso de recursos naturais e a utilização de materiais reciclados (Marcovitch, 2006).

O foco do presente trabalho é o papel, assim, para dimensionar este setor econômico serão apresentados dados da Associação Brasileira de Celulose e Papel/Bracelpa referentes a 2006 (BRACELPA, 2007).

O setor de celulose e papel participa com 1,2% do PIB nacional e gera 110 mil empregos diretos. Exportou no período US\$ 4,0 bilhões, obtendo saldo comercial de US\$ 2,9 bilhões, com previsão de crescimento de 15,3% para 2007. O setor produziu 8,7 milhões de toneladas de papel colocando o Brasil como o 11º produtor de papel do mundo.

O papel é fabricado exclusivamente de madeira de florestas plantadas com a utilização de eucalipto 75%, pinus 24% e demais espécies 1%. A base florestal do setor é de 1,7 milhões de hectares e segundo a Bracelpa, as empresas do setor recuperam e preservam 2,6 milhões de hectares, abrangendo as áreas de preservação permanente e reserva legal. A Bracelpa informa ainda, que fomenta pequenos e médios produtores rurais a plantarem florestas em conjunto com suas outras atividades. Em 2006 a área total pertencente aos fomentados alcançou 305 mil hectares, distribuídos em mais de 10 mil pequenas e médias propriedades rurais.

O consumo aparente de papel em 2006 foi de 7,7 milhões de toneladas, com média per capita de 41,2 kg/hab. ano, abaixo do consumo médio mundial de 56,3 kg/hab. ano e distante do europeu de 200 kg/hab. ano. O consumo de papeis reciclados foi de 3,5 milhões de toneladas e a taxa de recuperação equivale a 45,4% do consumo aparente. Segundo o Compromisso Empresarial para Reciclagem o número de recicladoras em 2006 era de 132 empresas que compram mais da metade do total de fibras, e outras 43 empresas que consomem menores volumes de aparas. A Cempre analisa que existe a possibilidade de alcançar os níveis dos países europeus, que já passaram dos 60% de taxa de recuperação, já que nas regiões Sul e Sudeste (onde estão localizados os principais fabricantes), essas taxas vão de 44% a 64% e nas demais regiões, o índice cai para 16% (CEMPRE, 2007).

O setor de papel no Brasil tem potencial para crescimento e com as interfaces que faz com agricultura, indústria e reciclagem, reúne condições de propor ações alinhadas à Agenda 21.

Por sua vez, o setor de reciclagem de lixo no Brasil movimentou em 2006 R\$ 7 bilhões, gerando renda para os 500 mil catadores organizados em 400 cooperativas de materiais recicláveis no Brasil, segundo artigo de Sandra Balbi (BALBI, 2007).

Nos últimos anos, o volume de material recuperado do lixo urbano no país aumentou e o dos lixões encolheu. Em 1990, apenas 0,5% dos resíduos urbanos eram reciclados. Hoje, esse percentual chega a 10%. Já os detritos lançados nos lixões correspondiam a 90% da coleta diária em 1990. Em 2000, segundo os dados mais recentes do IBGE, 21,1% das 228,4 mil toneladas diárias de lixo urbano coletado foram para esses aterros (BALBI, 2007).

A evolução tecnológica, a rápida urbanização do País, a educação de baixa qualidade e o conseqüente despreparo das pessoas para exercerem atividades mais

complexas dentro da economia, gerou um enorme quantitativo de excluídos. Parte dessa massa pode encontrar na reciclagem a possibilidade de inclusão na sociedade. Além de terem um importante papel na economia, os catadores de materiais recicláveis configuram-se como agentes de transformação ambiental e sua ação minimiza o quantitativo de lixo a ser coletado e destinado pelas municipalidades, ampliando a vida útil dos aterros sanitários. Esses trabalhadores são, ao mesmo tempo, geradores de bens e de serviços, impulsionando o setor econômico da reciclagem.

O modelo que busca engajar na reciclagem o poder público, os catadores que vivem do lixo urbano, as empresas que distribuem seus produtos em embalagens descartáveis, e a sociedade de consumo, contribui para solucionar muitos problemas sociais, econômicos e ambientais, ao mesmo tempo. Outra vantagem do modelo que está sendo desenvolvido no Brasil é o custo, segundo André Vilhena, diretor-executivo da Cempre é "um modelo de coleta seletiva sustentável, com inclusão social". Assim o modelo está sendo exportado para a China, Índia, Tailândia e Rússia pelo Cempre. Segundo Vilhena "A China, a Índia e a Tailândia também têm uma grande desigualdade social e de renda, como o Brasil, por isso o modelo do Cempre interessou àqueles países" (BALBI, 2007).

A preocupação das multinacionais, ao importar o modelo brasileiro não é apenas com o ambiente. Nos países desenvolvidos que atingiram índices elevados de reciclagem elas têm de se responsabilizar pelos custos da coleta das embalagens que jogam no mercado. É o caso da Alemanha, campeã mundial em reciclagem, onde a coleta é subsidiada pela indústria a um custo de 4 bilhões de euros anuais. O subsídio é pago, no final, pelo consumidor na forma de uma taxa embutida no preço dos produtos. A indústria recolhe a taxa e repassa os valores às prefeituras, que se responsabilizam pela coleta seletiva das embalagens. "Esse sistema não é viável em países emergentes. Estamos

exportando, diz Vilhena. Por ser auto-sustentável, segundo ele, é mais barato que o sistema alemão (BALBI, 2007).

O poder público não está alheio às questões ambientais e a promulgação da Lei nº 9.605, lei dos crimes ambientais, chamada Lei da Vida, em 12 de fevereiro de 1998, denota a orientação oficial a seguir e penaliza atitudes arraigadas, gerando enorme necessidade de ações de educação para a inserção da gestão ambiental nas instituições e na sociedade.

Devemos lembrar que todas as ações do poder público são regidas por leis, o processo de compra, por exemplo, é regido pela Lei 8.666/93 e suas revisões, a qual, ainda não leva em consideração, explicitamente, as questões ambientais nas licitações. Esta forma de aquisição dos materiais e serviços não tratam o assunto de forma preventiva, acarretando mais ações para uma eficaz gestão ambiental em cada entidade. Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional Projeto de Lei nº 7709/2007, para revisão da Lei de Licitações, dentre elas a inserção do item de critério ambiental, como se segue:

Art. 15 - as compras sempre que possível deverão:

VI – adotar especificação do bem a ser adquirido que considere critérios ambientais.

Outras ações estão em curso no âmbito do poder público, como o pregão eletrônico e o registro de preços, que visam melhorar o processo de aquisição e a qualidade dos produtos adquiridos, sendo importantes ferramentas para inserir a dimensão ambiental nas aquisições governamentais. Cabe ressaltar que em exposição da Procuradora do Estado de São Paulo, Sr^a. Sílvia Helena Nogueira Nascimento, durante o I Fórum de Licitações Sustentáveis da Rede A3P (BRASIL, 2007b) em 2005 e no Fórum da Justiça Federal Sobre a Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos e

Responsabilidade Ambiental em junho de 2007 (NASCIMENTO, 2007)), ficou demonstrada a possibilidade da imposição legal do critério ambiental nos procedimentos licitatórios. O Estado de São Paulo utiliza os critérios ambientais em suas compras com o nome de Licitações Sustentáveis (SÃO PAULO, 2007), para tanto, é necessário conhecimento técnico para descrição do produto e exigências ambientais e vontade política. A Procuradora ainda citou o art. 225 da Constituição Federal que "impõe ao Poder Público o dever de defesa do meio ambiente para presentes e futuras gerações" e o art. 170 da CF que trata da "ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e livre iniciativa", com objetivo de "assegurar a todos existência digna, conforme ditames da justiça social", levando em consideração o princípio da defesa do meio ambiente, do mesmo artigo (BRASIL, 2007b).

Por sua vez o Ministério do Meio Ambiente - MMA lançou em 2001 o Programa "Agenda Ambiental na Administração Pública", conhecido pela sigla A3P, que tem como principal objetivo sensibilizar os gestores públicos para as questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras. O princípio básico dessas ações baseia-se nos 3 R's, Reduzir, Reutilizar, Reciclar. Apresentado na Agenda 21 (plano estratégico para o desenvolvimento sustentável) o princípio dos 3R's propõe a redução do uso de matérias-primas e energia, reutilização direta de produtos e a reciclagem de materiais. A hierarquia dos 3 R's o princípio de que causa menor impacto e evita a geração do lixo, do que reciclar os materiais após seu descarte. (BRASIL, 2007c)

A Comissão Gestora da A3P, instituída pela Portaria nº 221/2004-MMA (BRASIL, 2007d), promoveu ações para a disseminação da A3P com a confecção e distribuição de materiais de apoio e eventos. A busca de parcerias é uma estratégia fundamental na gestão ambiental, assim, em conjunto com o MMA, as instituições Tribunal de Contas da

União (TCU), Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Procuradoria Geral da República (PGR), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a Câmara dos Deputados, realizaram o I Fórum Governamental de Gestão Ambiental na Administração Pública (BRASIL, 2007e), no dia 23 de junho de 2005, em Brasília. Para ampliar a disseminação da A3P, foi criada, por estes parceiros, a "Rede A3P", um canal de comunicação virtual permanente para promover o intercâmbio técnico, difundir informações sobre temas relevantes à agenda, sistematizar dados e informações sobre o desempenho ambiental dos órgãos, incentivar e promover programas de formação e mudanças organizacionais, permitindo a troca de experiências. Atualmente, cerca de 400 órgãos públicos de todo o Brasil participam desta Rede, de forma voluntária (BRASIL, 2007f), indicando que o Poder Público está se adequando à política de prevenção de impactos negativos ao meio.

Reforçando esta percepção, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 5940, em 25 de outubro de 2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Com a assinatura do Decreto, será colocada em prática a coleta seletiva solidária de resíduos nos 3,9 mil prédios públicos federais, em todo o País, que produzem anualmente 22 mil toneladas de resíduos propícios à reciclagem. A proposta é conscientizar os funcionários para que em cada repartição pública ocorra uma separação prévia dos vários tipos de papel (jornal, envelopes, revistas) (BRASIL, 2007g).

Segundo levantamento feito pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social para os Catadores de Materiais, coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e Ministério das Cidades, 80% dos componentes do lixo produzido na Esplanada dos Ministérios são papel de boa qualidade para o processo de

reciclagem (BRASIL, 2007g). Como o processo inicial de implantação da A3P na maioria dos órgãos públicos começa com a coleta seletiva. Vale lembrar que a Câmara Federal, Tribunal de Contas da União, Procuradoria Geral da República, Ministério do Meio Ambiente e Cultura, Superior Tribunal de Justiça, entre outros órgãos, já encaminhavam os resíduos recicláveis para Cooperativas de Catadores, assim, o projeto Projeto Coleta Seletiva Solidária da Esplanada dos Ministérios, lançado em novembro de 2006, vem facilitar sua expansão, com a apresentação de uma minuta de termo de parceria (anexo 2) e organizar a distribuição dos resíduos entre as cooperativas existentes.

Podemos notar que a vontade do poder público vem aglutinando parcerias em torno da solução de suas dificuldades na implementação da gestão ambiental, tanto nas campanhas internas de conscientização de servidores, na contratação e realização do trabalho por terceirizados, como na destinação adequada dos resíduos produzidos. Notamos que as instituições se esforçam para propiciar um ciclo de sustentabilidade quando promovem parcerias, produzem e implementam leis e promovem a organização e inclusão das classes menos favorecidas na economia formal.

2.2 - Organização

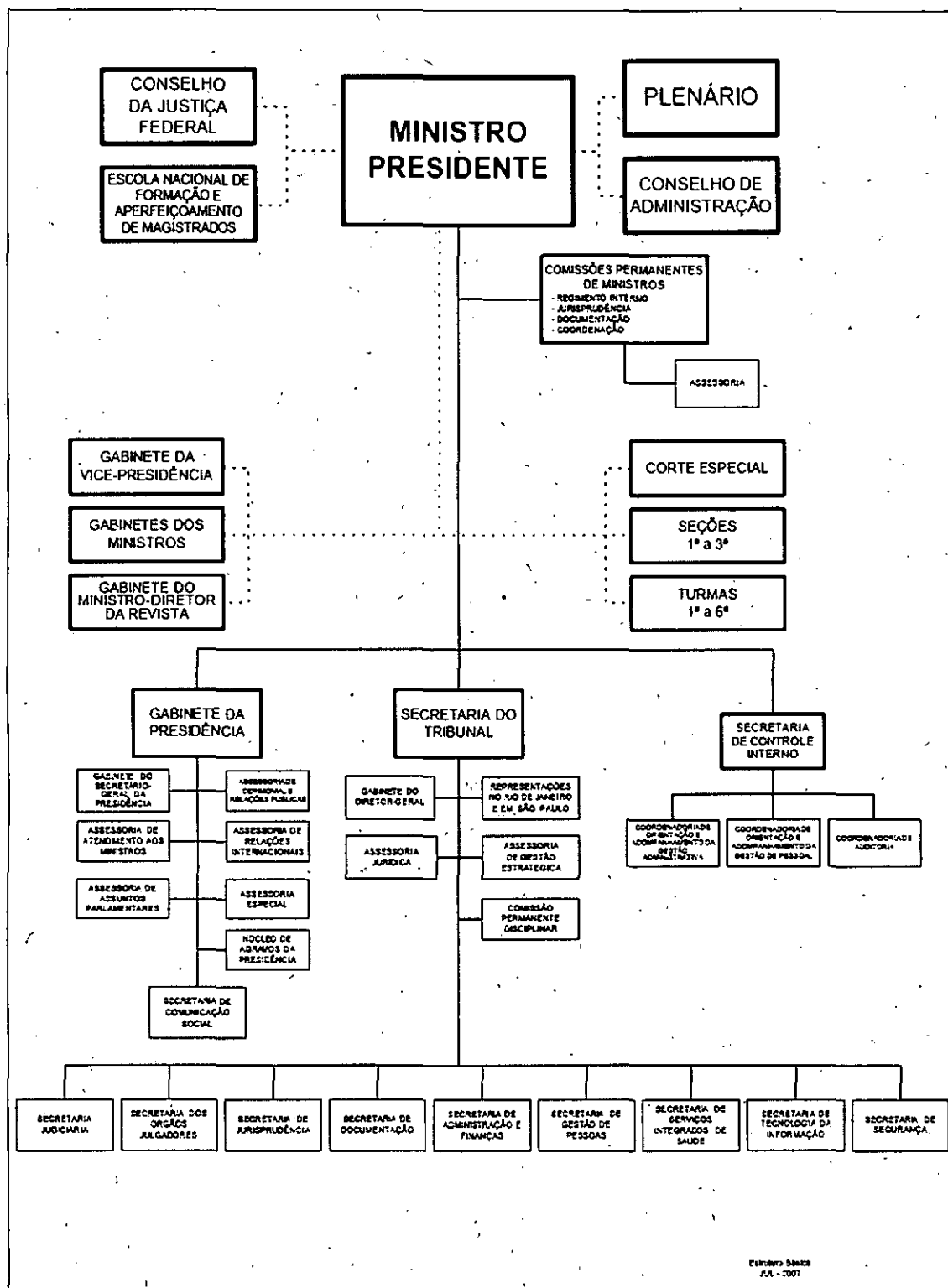
Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça - STJ é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito. O STJ foi iniciado suas atividades em abril de 1989, com objetivo de julgar causas infraconstitucionais, ligadas a lei federal e não relacionadas diretamente à Constituição. Como Tribunal de última instância da Justiça brasileira julga crimes comuns praticados por governadores dos estados e do Distrito Federal, crimes comuns e de responsabilidade de desembargadores dos tribunais de justiça e de conselheiros dos tribunais de contas

estaduais, dos membros dos tribunais regionais federais, eleitorais e do Trabalho. O STJ é composto de 33 Ministros que atuam diretamente nos julgamentos dos processos que ali chegam. Para dar apoio aos ministros e realizar o trabalho organizacional, o STJ, consta com um quadro de 2.600 servidores admitidos por concurso, além de funcionários de empresas terceirizadas no quadro de limpeza, conservação, segurança e informática.

A função administrativa composta por atividades de gestão de pessoas, informática, saúde, segurança, orçamento e finanças é desenvolvida por unidades denominadas Secretarias, com unidades subordinadas denominadas Coordenação e Seção. Nessas unidades que se distribuem os servidores e terceirizados para realização das tarefas diárias.

A estrutura orgânica está constituída conforme figura 1:

Figura 1 – Organograma do Superior Tribunal de Justiça



ESTRUTURA 2007
JUL - 2007

Fonte: STJ, 2007.

O STJ está distribuído em 5 edifícios, projetados por Oscar Niemayer, com área total de 139.480,37 m².

Na estrutura da Secretaria de Administração e Finanças estão localizadas as unidades que mais afetam as questões referentes à coleta seletiva de papel, a área de licitação, e limpeza, respectivamente as que são encarregadas de inserir o papel no Tribunal e as que os retiram, quando descartados.

2.3 – Histórico Ambiental

O Superior Tribunal de Justiça – STJ idealizou e implantou em dezembro de 2004 o Projeto STJ Ambiental para promover a utilização sustentável dos recursos naturais disponíveis no sentido de minimizar seus impactos sócio-ambientais. O projeto foi idealizado para inserir a gestão ambiental nos procedimentos do STJ, assim é composto de várias ações para alcançar esse objetivo proposto. Dentre elas pode-se citar: aquisições de materiais e produtos sustentáveis, economia de água e energia, descarte das lâmpadas fluorescentes, programa de treinamentos para os públicos específicos, programa de educação ambiental, certificação ISO 14001, parceria com outras instituições, redução do uso, reutilização e a coleta seletiva do papel.

Este presente estudo de caso irá tratar somente da coleta seletiva do papel, pois, além de ter sido o primeiro passo para um trabalho efetivo de Gestão Ambiental no STJ, trata-se de algo concreto com que os servidores lidam no dia a dia. Dessa forma, a separação do papel para reciclagem é um instrumento de disseminação da consciência ambiental no STJ (COELHO, 2002).

A primeira ação prática foi a instalação de coletores para coleta seletiva de resíduos, nas entradas dos edifícios do STJ, em dezembro de 2004 (foto 1), como marco

de inserção da gestão ambiental na Corte. A ação foi patrocinada pela Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça - ASSTJ.

Em 2005 teve início a coleta seletiva de papéis com a distribuição, no primeiro semestre, de caixas de papelão em todas as unidades do Tribunal. As caixas foram reutilizadas das embalagens recebidas pelo Tribunal e identificadas com etiqueta azul, designação para o descarte de papel e logotipo do Projeto STJ Ambiental. Uma campanha foi realizada com cartazes, matérias na intranet, jornal e TV do STJ, além de palestras em todas as unidades, no momento da entrega das caixas, para sanar as dúvidas e adequar a separação de papéis às atividades de cada unidade. Foram distribuídas mais de 200 caixas para papel no STJ.

A equipe de limpeza, que faz a retirada dos resíduos do STJ, também foi alvo de cursos de educação ambiental e orientação para o encaminhamento adequado dos materiais recicláveis. A nova ação alterou a forma original de trabalho, ou seja, ao invés de juntar todos os resíduos para levar para as lixeiras, agora seriam encaminhados a locais distintos. Como há uma equipe de limpeza para cada edifício, foram designados 2 funcionários por prédio para a retirada do material reciclável uma vez por dia.

Para garantir o encaminhamento adequado dos resíduos recicláveis, o STJ mantinha um termo de cooperação com uma Organização Não-Governamental, desde 2004. Eram encaminhados papel, plástico, *tonners* e cartuchos de tinta para impressora para empresas recicladoras. Com o fim desse termo, em 2005 foram retirados os *containers* da empresa recicladora, onde eram armazenados os papeis, os quais ficavam isolados na parte interna do STJ. A colocação dos resíduos em *containers* do STJ na área externa, para a retirada diária pelo caminhão de coleta pública, atraiu vários catadores de lixo. O lixo assim disposto, por estar em área pública, era constantemente revolvido,

sujando a área (foto 2). A segurança do STJ foi acionada algumas vezes por ocasião de disputa entre os catadores pelos resíduos.

Para solucionar a questão com os catadores e a destinação adequada do papel coletado, o STJ firmou parceria, em agosto de 2005, com a Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção – CORTRAP, com sede no assentamento da Estrutural no Distrito Federal. A Cooperativa se comprometeu realizar coleta diária dos materiais recicláveis, com pessoal uniformizado, mantendo a limpeza do local. Comprometeu-se ainda a orientar aqueles catadores avulsos para a participação cooperativa, já que a própria CORTRAP nasceu da organização de catadores, que como aqueles, um ano antes “moravam no cerrado” (expressão utilizada em Brasília para famílias vindas de outras regiões, acampadas de forma precária nas proximidades da cidade) e estavam garimpando no lixo sua sobrevivência.

A ação foi eficaz, quanto à orientação dos catadores, que se incorporaram à cooperativa, e em relação aos compromissos acordados, os quais são mantidos até hoje. Com isso, o Projeto STJ Ambiental incorporou a dimensão social em sua atuação.

Já em relação coleta seletiva de papel, as caixas não se mostraram duráveis e adequadas a todas unidades e a falta dos *containers* para disposição em separado do papel, desarticulou em parte a separação do papel pelos servidores e seu encaminhamento pelos funcionários da limpeza. Vale ressaltar que na maioria dos Gabinetes de Ministros e em outras unidades, a separação do papel já era executada antes da campanha e continuou depois da retirada dos *containers* da empresa recicladora.

2.4 - Situação Atual

O trabalho executado desde 2004 contribuiu para inserir na instituição a responsabilidade de todos para as questões ambientais. Dessa forma, o Projeto STJ Ambiental foi inserido no Planejamento Estratégico do Superior Tribunal de Justiça, para o biênio 2006 – 2008, que assumiu como objetivo estratégico a intenção de “Ampliar a responsabilidade sócio-ambiental – Atuar para a garantia da cidadania e para a gestão ambiental, por meio de ações educativas, de inclusão social e de práticas ecoeficientes” (BRASIL, 2007h)).

Esta ação facilitou o planejamento e execução do Projeto STJ Ambiental. Devido às suas múltiplas interfaces internas (com as áreas de gestão de pessoas, compras, contratos, limpeza, engenharia, arquitetura, planejamento, informática, documentação, saúde, controle interno), sua proposta de mudança de paradigma de gestão pública e visão individual de responsabilidades, sua abrangência na instituição e sua dependência ao trabalho coletivo e ao estabelecimento de parcerias, necessita de fórum adequado para seu desenvolvimento, para tratar de forma preventiva a questão ambiental.

Os projetos estratégicos têm prioridade no orçamento do Tribunal, assim, já foram compradas, em 2006 e 2007, as caixas coletoras para papel, para copos descartáveis e recipientes para lixo comum, para melhorar a coleta seletiva. Foi determinada, pelo Diretor-Geral, em 2007, a compra e utilização de papel reciclado para todas as comunicações internas do STJ. Porém aguardamos a realização do novo termo de cooperação com uma ONG, para auxílio na educação ambiental no Tribunal e encaminhamento adequado de resíduos que não podem ser destinados à cooperativa de catadores (*tonners*, cartuchos de tinta, pilhas, entre outros).

Está sendo desenvolvida uma nova campanha ambiental contemplando a conscientização já adquirida pela comunidade e as ações implementadas, como o uso do papel reciclado e os novos coletores para os resíduos recicláveis.

Essas ações visam melhorar a eficiência da coleta seletiva, por meio da conscientização da importância da reciclagem e proporcionando os coletores adequados ao descarte.

Segundo recente pesquisa de percepção sobre a coleta seletiva de papel no STJ (Sartre, 2007), fica evidenciado o potencial de sua aceitação pela coletividade, pois quando questionados sobre a sua atuação pessoal, na variável Percepção pessoal, que abordava questões como 'minha atividade diária gera impactos significativos sobre o meio ambiente', 'estou consciente dos benefícios que a coleta seletiva do papel proporcionará ao meio ambiente', 'estou capacitado para desempenhar funções e responsabilidades para atingir os objetivos da coleta seletiva do papel', 'pratico ações para diminuir o volume de lixo no meu ambiente de trabalho' e 'compreendo que a coleta seletiva do papel auxilia no impacto ambiental gerado pelo STJ', 92% concordam ou concordam totalmente com as afirmativas. A percepção pessoal é um traço de responsabilidade pelas ações propostas, assim infere-se que a prática se encontra mais no nível teórico do que no nível prática da atuação pessoal. Na variável que trata da Percepção do outro, onde foram abordadas questões como 'no STJ as pessoas evitam o desperdício, de material, água e energia', 'os servidores estão comprometidos com a coleta seletiva do papel', 'a coleta seletiva do papel é uma importante ação que contribuirá para mudança de comportamento das pessoas quanto à defesa da natureza' e 'vejo as pessoas contribuindo para a coleta seletiva do papel', o percentual de 39% dos servidores discordam ou discordam totalmente das assertivas e 37% concordam ou concordam totalmente. Com isso, os respondentes demonstram que as outras pessoas ainda não

praticam efetivamente ações em defesa do meio ambiente; o que claramente contrasta com a sua percepção pessoal que é a de um praticante efetivo. Essa percepção demonstra que há uma predisposição em colocar no outro a falta de ações concretas em defesa do meio ambiente. Esta contradição revela o panorama da situação atual dos servidores em relação à coleta seletiva. Como o que se pretende com o STJ Ambiental é uma mudança de atitude do cidadão-servidor, outro dado preocupante é 72% dos respondentes discordando ou discordando totalmente da assertiva "realizo algum trabalho em defesa do meio ambiente em minha comunidade". Porém para manter a contradição e o otimismo, na assertiva "vejo a coleta seletiva do papel como uma ação cidadã que irá contribuir para a questão social do país", foi obtido índice de 85% dos respondentes concordando ou concordando totalmente.

Outras informações sobre conhecimento das ações institucionais e divulgação da coleta seletiva dentro do Tribunal, foram levantadas pela pesquisa, indicando necessidade de melhoria na comunicação das propostas e ações.

A unidade responsável pelo recolhimento do lixo dos edifícios também desenvolve outras tarefas como mudanças internas, remanejamento de móveis, lavagens agendadas pelas unidades e montagem de eventos. Para tanto, conta atualmente com 25 funcionários. No período da manhã os funcionários estão fazendo o serviço de limpeza nas unidades, retirando o pó das mesas e equipamentos, varrendo o chão e juntando o lixo comum das lixeiras e dos banheiros. Este lixo é retirado do prédio às 11h40min. À tarde a maior parte da equipe segue para as tarefas extras e dois funcionários fazem duas revisões da limpeza às 15h e às 17h40min, retirando a seguir o lixo do prédio. Na primeira revisão da tarde (15h) os resíduos recicláveis são retirados, quando necessário.

As novas caixas para coleta de papel têm capacidade para 36 litros (foto 3) e estão distribuídas em média de uma caixa para cada 15 servidores. Portanto, a retirada do

papel só é feita quando a caixa está quase cheia. A quantidade do uso e descarte do papel depende do tipo de trabalho desenvolvido pela unidade e seu atual ritmo. Porém, mesmo que em pequena quantidade, todas as unidades tem o papel como insumo.

Está sendo planejada nova campanha ambiental contemplando a consciência ambiental já adquirida pela comunidade e as novidades confirmadas como o uso do papel reciclado e os novos coletores para os resíduos recicláveis.

O início do processo da coleta seletiva hoje ocorre no ambiente de trabalho do servidor, quando ele se predispõe a aplicar os conceitos de educação ambiental no manuseio do papel. A separação é feita pelo servidor, dispondo o papel utilizado e reutilizado nas caixas azuis próprias para o descarte, evitando assim misturá-lo aos papeis em uso. Os empregados de empresa terceirizada então colocam os papeis em sacos plásticos e o encaminham para os *containers* de lixo do lado externo do STJ. Além dessa atividade, os terceirizados têm importante função de informar onde o processo se encontra efetivo e onde não, propiciando atuação pontual de educação ambiental. A partir dos *containers*, os cooperados encaminham o papel para reciclagem (foto 4). Como a coleta seletiva não está efetiva em todo o Tribunal, os cooperados realizam uma triagem no lixo encaminhado, separando os papeis limpos, misturados a outros resíduos.

3 - CONCLUSÃO

O Planeta já está sofrendo as consequências das mudanças climáticas e as grandes cidades estão sendo rodeadas de lixo. Neste contexto é imperioso tomar atitudes para mudar o rumo da situação. Uma dessas ações que a sociedade e as instituições podem implementar é a coleta seletiva para propiciar o encaminhamento dos resíduos para a reciclagem. Com essa ação diminui-se o volume nos aterros sanitários ou lixões e, ao mesmo tempo, fomenta-se a economia da indústria da reciclagem e a inserção dos catadores nesta economia.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta estudo de caso sobre a coleta seletiva do papel no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Foi realizado inicialmente um levantamento sobre as questões envolvidas nos procedimentos da coleta seletiva do papel, na esfera social, empresarial e governamental no Brasil. Também foi apresentada a situação atual da coleta seletiva do papel no STJ. A seguir apresentamos as conclusões e recomendações para melhoria do processo de coleta seletiva no STJ.

A pesquisa das questões envolvidas na coleta seletiva do papel revelou que algumas proposições da Conferência Rio 92, sobre desenvolvimento sustentável, estão se enraizando na sociedade, empresas governo. O surgimento de várias organizações não-governamentais ambientais, o Compromisso Empresarial para a Preservação Ambiental - Cempre, a criação e atuação da A3P e a estruturação de unidades específicas em muitos órgãos governamentais, são exemplos de arranjo das organizações para incorporar a responsabilidade ambiental em suas atividades. A quantidade de espaço que as mídias destinam para a discussão ambiental reflete a busca, pela sociedade, do conhecimento sobre as relações de causa e efeito de nossas atitudes no ambiente, assim, a atuação desses veículos contribui para aumentar a consciência ambiental.

Ficou evidente na pesquisa sobre a percepção dos servidores sobre a coleta seletiva de papel realizada no STJ, que existe a consciência individual, mas, esta teoria ainda não se traduziu em práticas efetivas. Segundo Zanetti (2006) a mudança cultural dá-se num trabalho de gerações e não de uma hora para outra. É uma mudança que deve ser incorporada, conscientizada como algo importante para a nossa vida e para o meio ambiente.

A Agenda 21 orienta a sequência dos 3 Rs na ordem reduzir, reutilizar e reciclar, seguindo a lógica econômica e ambiental de produzir menos resíduos. Porém, no serviço público, ainda não está disseminada a consciência de ambiente de negócio e eficiência econômica como no setor privado. Dessa forma foi utilizado no STJ (e no serviço público) os 3 Rs na sequência inversa (reciclar, reutilizar e reduzir), para tornar visível a quantidade de papel utilizado e seu desperdício. Assim, inserindo a coleta seletiva de papel, é possível alinhar todos os servidores numa nova prática bem aceita, que os leva a consciência ambiental e diminui a resistência às mudanças necessárias à introdução da ecoeficiência no setor público.

Para o STJ a coleta seletiva de papel encerra outras vantagens, como ação inicial de inserção da consciência com a prática ambiental, já que dissemina a idéia da reciclagem e dos ciclos dos recursos e a importância do trabalho coletivo e conseqüente. Gera também sentimento de pertencimento e orgulho institucional aos servidores. É uma ação simples, porém, contribuem efetivamente para a redução do consumo de água, energia elétrica, recursos florestais, combustíveis e o aquecimento global, gastos na fabricação e transporte do papel. A renda gerada a partir da comercialização dos materiais é bastante relevante para as famílias da Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção – COORTRAP, que usufruem desse material para seu sustento, criando assim oportunidade de participar de forma digna da sociedade. Existe ainda a possibilidade de

beneficiar outras famílias com a continuidade da parceria e a replicação da idéia no serviço público, pela Rede A3P, e na sociedade, pelos servidores, um dos objetivos que o projeto quer atingir.

A construção de parcerias para o desenvolvimento sustentável é uma das premissas para a implementação da agenda 21. Nota-se uma convergência de interesses entre pesquisadores, sociedade, empresas e governo, traduzidas em efetivas parcerias desses atores sociais.

Para tanto, contribuíram as recentes leis editadas pelo governo federal para a coleta seletiva, as ações da A3P e da Rede A3P na busca de soluções sustentáveis e disseminação de informações, o MMA e o MDS, entre outros ministérios, na articulação de políticas para a área sócio-ambiental e o trabalho do GDF na organização das cooperativas de catadores.

O trabalho desenvolvido pelo Projeto STJ Ambiental, desde 2004, inseriu a dimensão ambiental na comunidade STJ, segundo as constatações da pesquisa de percepção dos servidores sobre a coleta seletiva (SARTRE, 2007). O cuidado na utilização dos recursos públicos, que alguns servidores já praticavam de forma individual, foi estendido para uma preocupação coletiva de muitas unidades, e com a introdução do projeto no planejamento estratégico, em 2006, está tomando dimensão institucional.

O desafio da instituição é tornar as propostas e ações organizacionais conhecidas e praticadas, por meio da educação ambiental, já que todas as folhas de papel passam nas mãos dos servidores, que, com consciência, pode encaminhá-la para a reciclagem. O que se percebe é que essas ações precisam ser alinhadas com os objetivos pessoais de cada servidor para que se torne uma prática compartilhada. Para que isto ocorra, cada pessoa da instituição deve se tornar um multiplicador do conhecimento em sua família e comunidade, disseminando a prática realizada no STJ. Para alcançar este objetivo o STJ

deve fornecer, como ferramenta para a cidadania, a educação ambiental para todo o Tribunal, além de promover melhorias nos processos de coleta seletiva de papel para reciclagem, como exemplo e prática.

4 - RECOMENDAÇÕES

Como contribuições para melhoria do processo de coleta seletiva de papel, seguem listadas algumas recomendações, para estudo.

Assinatura de termo de Compromisso com a Cooperativa de Catadores, conforme modelo (anexo 2).

Assinatura do termo de Cooperação com ONG, para auxílio na educação ambiental.

Diferenciação da equipe especializada na retirada dos resíduos recicláveis, com coletes identificadores e treinamento específico.

Inserir a educação ambiental nas ações educativas para todo o Tribunal, principalmente gerentes e gestores de projetos.

Inserir o conhecimento ambiental como competência básica dos servidores.

Instituir prêmio para desempenho ambiental por setores (prédios ou corredores), para estimular a gestão ambiental nas equipes de trabalho.

Desenvolver fórum adequado para tratar a questão ambiental de forma preventiva.

Construção de cobertura para segregação dos resíduos junto aos *containers*, para melhorar o isolamento da área e disposição dos resíduos.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ECOLATINA - Conferência Latino-Americana Sobre Meio Ambiente e Responsabilidade Social. **Relatório IPCC/ONU**. São Paulo, 2007. Disponível em:
<<http://www.ecolatina.com.br/pdf/IPCC-COMPLETO.pdf>> Acesso em 18 de agosto de 2007.

MACEDO, Laura Valente de. **Fórum da Justiça Federal sobre Eficiência na Aplicação de Recursos Públicos e Responsabilidade Ambiental. Licitações Sustentáveis. 1** Brasília, 2007. Disponível em:
<http://aplicaext.cjf.gov.br/phpdoc/pages/sen/portaldaeducacao/textos_fotos/forum/Laura.ppt?PHPSESSID=9077bcf625bd239f64f15274538dc04e> Acesso em 10 de julho de 2007

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável / org. Stroh, Paula Yone**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 54, 60

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que é agenda 21**. Brasília, DF, 2007a. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=597>> Acesso em 17 de setembro de 2007.

VALLINOTO, Danilo O. Villela, Ermanno. PINHEIRO, Fernanda. OEY, Naira. TIBÉRIO, Weverton. **A influência da coleta seletiva de lixo na imagem institucional de uma organização perante os clientes internos**. São Paulo: Jovens Pesquisadores, 2004, 1 (1): p. 46-57.

MARCOVITCH, Jacques. **Para mudar o futuro: Mudanças Climática, Políticas Públicas e Estratégias Empresariais**, São Paulo, *Edusp/Saraiva*, 2006.

BRACELPA. **Desempenho do setor em 2006 e projeção para 2007**. São Paulo, Revisão Agosto 2007, p. 1-7, 2007. Disponível em:

<<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/desempenho2006.pdf>> Acesso em 15 de setembro de 2007.

CEMPRE. **Panorama da reciclagem – Microcenários**. São Paulo, 2007. Disponível em:

<<http://www.cempre.org.br/imprensa.php?codeps=fHx8fHx8fHx8fHx8fDEw>> Acesso em 20 de agosto de 2007.

BALBI, Sandra. Brasil já exporta sua tecnologia da miséria urbana. **Revista Bracelpa**, São Paulo, Agosto de 2007, p. 34-37, Edição especial. Disponível em:

<http://www.bracelpa.org.br/bra/revista/pdf/Pag34-37_BrasilJaExporta.pdf> Acesso em 15 de setembro de 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **I Fórum de Licitações Sustentáveis**. Brasília, DF, 2007b. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/palestra_silvia.pdf> Acesso em 10 de julho de 2007.

NASCIMENTO, Sílvia Helena Nogueira. Fórum da Justiça Federal sobre Eficiência na Aplicação de Recursos Públicos e Responsabilidade Ambiental. **Um enfoque sobre os aspectos jurídicos da licitação sustentável**. Brasília, DF, 2007. Disponível em:

<http://aplicaext.cjf.gov.br/phpdoc/pages/sen/portaldaeducacao/textos_fotos/forum/Silvia%20Helena.ppt?PHPSESSID=c0cbe6f7d83e2a014ce6244fd82a961a> Acesso em 10 de julho de 2007.

SÃO PAULO (Estado). Comitê de Qualidade e Gestão Pública. **Licitações Sustentáveis**.

São Paulo, 2007. Disponível em:

<http://www.cqgp.sp.gov.br/grupos_tecnicos/gt_licitacoes/index.htm> Acesso em 11 de julho de 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Dez mandamentos ambientais – Rede A3P**.

Brasília, DF, 2007c. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=36&idConteudo=1926>> Acesso em 11 de julho de 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 221/2004**. Brasília, DF, 2007d.

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/portaria.pdf> Acesso em 11 de julho de 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Fórum de Licitações Sustentáveis**. 1 Brasília, DF, 2007e. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=36&idConteudo=2714>> Acesso em 10 de julho de 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Rede A3P**. Brasília, DF, 2007f. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=36&idConteudo=1926>> Acesso em 11 de julho de 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Coleta Seletiva Solidária**. Brasília, DF, 2007g. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/parceria-entre-governo-federal-e-catadores-de-papel-visa-gerar-trabalho-e-renda-1>> Acesso em 20 de setembro de 2007.

COELHO, Maria do Rosário Fonseca. **Coleta Seletiva na escola, no condomínio, na empresa, na comunidade e no município**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2002. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/ea/adm/admarqs/coleta.pdf>>. Acesso em 12 de agosto de 2007.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Planejamento Estratégico**. Brasília, DF, 2007h. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=36&idConteudo=1996>>. Acesso em 11 de julho de 2007.

SANTOS, Sartre Gonçalves. **A coleta seletiva para reciclagem de papel na percepção dos servidores do Superior Tribunal de Justiça**. Brasília, SENAC, 2007

ZANETTI, Isabel. **Educação Ambiental – a luz do sistema de gestão dos resíduos sólidos e sustentabilidade**. Brasília-DF: III Encontro da ANPPAS de 23 a 26 de Maio de 2006.

6 - ANEXOS

6.1 – Anexo 1

Formulário utilizado para a pesquisa de percepção dos servidores a respeito da coleta seletiva de papel no STJ

Esta pesquisa avalia a percepção do dia a dia do servidor do STJ quanto a coleta seletiva do papel e faz parte de uma monografia do curso de Especialização em Educação Ambiental do Serviço Social do Comércio – SENAC. Por favor, responda a todos os itens do questionário e seja o mais sincero possível. Você não deve se identificar. Seu anonimato será preservado. Contamos com sua colaboração!

Para o preenchimento da pesquisa, solicitamos que você avalie cada afirmação apresentada a seguir e assinale o número que melhor corresponda à sua opinião, utilizando a escala abaixo. É importante responder TODOS os itens solicitados.

	DISCORDO TOTALMENTE				CONCORDO TOTALMENTE	
	1	2	3	4	5	

ITENS

ESCALA

1. A minha atividade diária gera impactos significativos sobre o meio ambiente.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
2. O STJ assegura, por meio de campanhas informativas, que as pessoas estejam comprometidas com coleta seletiva do papel.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
3. O STJ mantém um projeto de gestão ambiental que é divulgado para todos os seus servidores.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
4. Estou consciente dos benefícios que a coleta seletiva do papel proporciona ao meio ambiente.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
5. Estou capacitado para desempenhar funções e responsabilidades para atingir os objetivos da coleta seletiva do papel.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
6. Pratico ações para diminuir o volume do lixo no meu ambiente de trabalho.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
7. No STJ as pessoas evitam o desperdício de material, água e energia elétrica.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---



8. Realizo algum trabalho em defesa do meio ambiente em minha comunidade

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
9. Conheço programas de coleta seletiva de outras cidades e pratico as especificações quanto as visitas.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
10. Quando volto da estada de outras cidades, adoto os procedimentos de coleta seletiva que lá pratiquei em minha comunidade.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
11. A comunicação visual e escrita utilizada para divulgar a coleta seletiva do papel atinge todas pessoas que circulam no STJ.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
12. O STJ mantém pontos de coleta seletiva de papel.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
13. Os servidores do STJ estão comprometidos com a coleta seletiva do papel.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
14. Compreendo que a coleta seletiva do papel auxilia na diminuição do impacto ambiental gerado pelo STJ.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
15. Conheço a meta adotada pelo STJ para reduzir o impacto ambiental que ele gera no meio ambiente

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
16. Vejo a coleta seletiva do papel como uma ação cidadã que irá contribuir para a questão social do país.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
17. A coleta seletiva do papel é uma importante ação que contribuirá para mudança de comportamento das pessoas quanto à defesa da natureza.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
18. Aplico os conhecimentos obtidos no STJ sobre a coleta seletiva do papel fora do meu ambiente de trabalho.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
19. Vejo as pessoas contribuindo para a coleta seletiva do papel no STJ.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---
20. Sou informado que o papel recolhido na coleta seletiva é enviado para reciclagem.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---



Solicitamos o preenchimento dos dados abaixo, os quais servirão para identificar as principais características dos servidores que participam da pesquisa.

Dados Pessoais

A) Sexo:

☐ Masculino ☐ Feminino

B) Idade:

☐ até 30 anos ☐ de 31 a 40 anos ☐ de 41 a 50 anos ☐ de 51 a 60 anos ☐ acima de 60

C) Situação Funcional:

☐ Analista Judiciário ☐ Técnico Judiciário ☐ Sem Vínculo ☐ Requisitado

D) Cargo em Comissão/Função Comissionada:

☐ CJ 04 ☐ CJ 03 ☐ CJ 02 ☐ CJ 01 ☐ FC 06 ☐ Outros ☐ Sem cargo em comissão

E) Escolaridade:

☐ 2º Grau Completo ☐ Superior Incompleto ☐ Superior Completo ☐ Pós-graduação
(Especialização, Mestrado ou Doutorado)

F) Tempo de serviço no STJ:

☐ até 5 anos ☐ de 6 a 10 anos ☐ de 11 a 15 anos ☐ de 16 a 20 anos ☐ de 21 a 25 anos
☐ de 26 a 30 anos

G) Renda familiar (Valores brutos):

☐ até R\$ 3.000 ☐ de R\$ 3.001 a R\$ 5.000 ☐ de R\$ 5.001 a R\$ 10.000
☐ de R\$ 10.001 a R\$ 15.000 ☐ de R\$ 15.001 a R\$ 20.000 ☐ acima R\$ 20.000

Resultados

6.2 – Anexo 2

TIMBRE DO ÓRGÃO

TERMO DE COMPROMISSO

Pôr este instrumento particular de Compromisso, em que são partes o (órgão), endereço, CNPJ, doravante denominado DOADOR(A) representado pelo (cargo do representante), **xxxxx**, RG Nº xxxx SSP/XX, CPF xxx.xxx.xxx-xx, e a (nome da cooperativa), endereço, CNPJ; doravante denominada DONATÁRIA, neste ato representado pelo (cargo do representante) Sr.(a) **xxxxxx**, RG Nº xxxxx SSP/XX, CPF xxx.xxx.xxx-xx, têm, entre si, como justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a doação de material reciclável às Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, para fins de reciclagem, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado a critério das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

I - Compete à DOADORA:

- a) efetuar a coleta seletiva interna dos materiais recicláveis, evitando a sua disposição como lixo;
- b) armazenar o material em local seguro, protegido contra intempéries e ações de degradação, até que se tenha acumulado um volume que justifique a coleta pela equipe da DONATÁRIA;
- c) acompanhar as atividades de execução deste Termo de Compromisso, avaliando os resultados, por intermédio da Comissão de Coleta Seletiva;
- d) analisar as propostas de reformulações do Termo de Compromisso, desde que apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de justificativas e que não impliquem mudança do objeto;
- e) normatizar, controlar e fiscalizar a execução deste Termo de Compromisso, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, assumindo e/ou responsabilizando-se pelo mesmo, em virtude de paralisação das atividades ou de outro fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas.

II – Compete à DONATÁRIA:

- a) executar as atividades previstas neste Termo de Compromisso com rigorosa obediência ao objetivo pactuado, visando à promoção social dos catadores de materiais recicláveis;
- b) indicar à DOADORA a equipe, composta exclusivamente por cooperados, que realizará a coleta do material doado, no intuito de facilitar o acesso dos catadores às dependências do órgão;
- c) não permitir a participação de terceiros não-cooperados na consecução do objeto do presente contrato, ainda que a título gratuito ou mediante relação empregatícia;
- d) permanecer nas dependências do órgão apenas o tempo necessário para realizar a coleta de forma responsável e eficiente;
- e) transportar os volumes coletados diretamente da sede da DOADORA até a empresa de reciclagem, registrar o peso do material doado e os valores recebidos pela sua venda, em planilha específica;
- f) zelar pela limpeza e higienização do transporte do material reciclável até a empresa de reciclagem;
- g) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes da conduta dos cooperados das dependências do órgão;
- h) não utilizar o material doado pela DOADORA em finalidade contrária ao estabelecido neste Termo de Compromisso;
- i) arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre este Termo de Compromisso;
- j) apresentar relatório semestral, explicitando os resultados e benefícios obtidos por meio deste Termo, e fornecer informações à DOADORA, sempre que solicitado;



- l) não autorizar o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a colaborador ou servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- m) fornecer gratuitamente à DOADORA amostras de produtos derivados de reciclagem, que possam ser utilizados para promover o Programa de Coleta Seletiva;
- n) comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade no cumprimento rotineiro do pactuado neste Termo de Compromisso; e
- o) não contratar trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, em conformidade ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A DOADORA não se responsabiliza por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pela DONATÁRIA ou seus cooperados na coleta ou no transporte do material doado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

Os resíduos sólidos serão recolhidos pelos catadores da COOPERATIVA, que deverão comparecer em horário estipulado, formalmente identificados (uniforme, crachá), a fim de viabilizar a retirada dos materiais, bem como garantir a segurança e integridade dos servidores do órgão.

Parágrafo único. Caso os resíduos não sejam recolhidos nos dias e horários preestabelecidos pela Comissão de Coleta Seletiva junto à Cooperativa, o (Órgão) poderá, a seu critério, providenciar a destinação dos materiais, para que seus trabalhos não fiquem prejudicados.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Compromisso, sendo que a consecução das ações previstas correrá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Compromisso poderá ser rescindido a qualquer tempo:

- a) por interesse de qualquer uma das partes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias;
- b) por inadimplemento de qualquer das obrigações por parte da DONATÁRIA; e
- c) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

Parágrafo único. Na hipótese de constatação de impropriedade ou irregularidade na execução deste Termo de Compromisso, será suspensa a doação de materiais recicláveis, notificando-se a DONATÁRIA para sanear a situação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão do Termo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional da DONATÁRIA relacionada com o objeto deste Termo será consignada a participação da DOADORA na mesma proporção atribuída à DONATÁRIA e, em se tratando de material promocional gráfico, áudio e audiovisual, deverá ser consignada a logomarca oficial da DOADORA na mesma proporção da marca ou nome da DONATÁRIA.

Parágrafo único. Fica vedada às partes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo ou de orientação social, e desde que não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de xxxxxx/xx, para dirimir quaisquer

questões que decorram do presente instrumento, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, por força do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente Termo de Compromisso em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins de direito.

Local(UF), de de 2007.

Pelo órgão:

Pela cooperativa:



Superior Tribunal de Justiça - Biblioteca



STJ00079039